

**AS REPRESENTAÇÕES SOBRE TRABALHO DE PROFESSORES QUE
ATUAM NO PROEJA: DA REPRESENTAÇÃO MORAL DO TRABALHO AO
TRABALHO COMO AUTORREALIZAÇÃO**

**REPRESENTATIONS ON THE WORK LED BY TEACHERS IN THE
PROEJA: FROM THE WORK'S MORAL REPRESENTATION TO THE
WORK AS A SELF-ACHIEVEMENT.**

CORSO, Angela Maria¹
SILVA, Mônica Ribeiro da²

RESUMO

O presente texto objetiva discutir as representações sobre trabalho enquanto categoria no âmbito do Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, a partir do conceito de representação de Henri Lefebvre. Este artigo resulta de dissertação de mestrado defendida no Programa de Educação da UFPR em 2009.

Palavras-chave: Representações Sociais; Trabalho; PROEJA.

ABSTRACT

Based on the concept of representation by Henry Lefebvre, this study discusses the representations on the work as a category in the national Program of Integration on Professional Education along with the Young and Adult Basic Education Modality – PROEJA. This article results from a Master of Science research submitted in the Education Program of the Federal University of Paraná – UFPR - in 2009.

Keywords: Social representations, work, PROEJA.

¹ Mestre em Educação/UFPR. É professora do Departamento de Pedagogia, Campus Irati, Unicentro e Professora/Pedagoga da Rede Pública Estadual. E-mail: amcorso@hotmail.com

² Professora Dr.^a do PPGE/UFPR. E-mail: monicars@ufpr.br

INTRODUÇÃO

A representação social é um tema que vem se destacando de forma crescente em muitos estudos acadêmicos, proporcionando novas formas de olhar, compreender e interpretar os fenômenos sociais. Neste trabalho, o tema das representações é delineado de forma a compreender a realidade do conteúdo pesquisado, “o trabalho” no âmbito do Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Este programa aparece como um dispositivo governamental de atendimento à demanda de jovens e adultos pela oferta de Educação Profissional Técnica de nível médio. Configura-se como uma possibilidade de integração entre Educação Básica e Profissional e indica uma retomada das discussões acerca da formação unitária. Ele foi instituído pelo Decreto n.5840, de 13 de julho de 2006, e constitui-se em uma ampliação do Decreto 5.478 de 24 de junho de 2005, que cria o PROEJA.

O PROEJA tem anunciado como proposição para efetivação desta proposta de integração o “trabalho como princípio educativo”. Essa ênfase no trabalho como base para formação desses sujeitos está presente nos textos oficiais do PROEJA e, portanto, nos incita a investigá-la, pondo-nos a questionar como esta proposição é compreendida e ou representada pelos professores que atuam no PROEJA, já que a “materialização” desta proposição no âmbito escolar está a cargo do professor.

O CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO SOB O ENFOQUE DE LEFEBVRE

Diante da grande diversidade de concepções teóricas sobre a questão das representações, optamos em dialogar com a teoria das representações do filósofo e sociólogo marxista francês Henri Lefebvre. Para o filósofo francês, as representações são um produto de um determinado processo social e histórico e podem ser desveladas através da reflexão e da relação com as condições de vida daqueles que as produzem. Assim, segundo Lutfi (1996), para Lefebvre, ao se estudar as representações de um povo em determinado contexto social, é necessário levar em consideração as condições de vida dos sujeitos agentes – grupos ou classe sociais – que as produzem.

Como dissemos, Henri Lefebvre trabalha histórica e conceitualmente a noção de representação e investiga a importância das representações na contemporaneidade. Para Almeida (2008), por exemplo, focalizar as representações com base em Lefebvre é entender como as representações dos indivíduos sobre si e sobre o mundo social e físico manifestam-se em seus discursos e em suas ações, como são construídas ao longo da vida; é entender que as representações relacionam-se tanto aos conhecimentos que lhes são veiculados quanto às suas próprias vivências, possibilitando, assim, conhecermos uma realidade dada. Para o autor francês, o conceito de representação tem uma história filosófica complexa, perpassando muitos filósofos. Tentando, pois, desvendar esta complexidade da categoria de representação, Lefebvre escreveu a obra *A presença e a ausência: contribuição à teoria das representações*. Nesta obra, o autor percorre a trajetória do conceito

de representação (*Vorstellung*) em Hegel, Marx, Nietzsche, Heidegger e Kant. Não é nosso objetivo, porém, refazermos este caminho percorrido por Lefebvre. No entanto, este estudo foi realizado por Lutfi, Sochaczewski e Jahnel (1996), no artigo “As representações e o possível”. Neste artigo, as autoras expõem de forma sucinta a trajetória do termo na filosofia e explicam que para Lefebvre a filosofia procura transcender e superar a representação para chegar à verdade, ao ser, à essência.

Lefebvre afirma que, mesmo que Hegel tenha elaborado uma teoria das representações, é a partir de Marx que melhor se poderia pensar a teoria das representações no contexto das relações sociais. Lefebvre, ao investigar o conceito de “representação” em Marx, afirma que o termo “*Vorstellung*” – representação – é utilizado por Marx em *A ideologia alemã* e abandonado em seguida. Nos textos posteriores, em especial em *O Capital*, Lefebvre afirma que Marx usa, ao invés de representação, o conceito de ideologia. Assim, para Lefebvre, os marxistas, depois de Marx, e o próprio Marx teriam abolido o conceito de representação em favor do conceito de ideologia e a consequente crítica do mesmo.

Para Lefebvre, a representação não pode ser vista meramente como uma passagem de alteração do real e do verdadeiro, não pode mascarar a realidade como na teoria habitual da ideologia. Logo, para o autor, algumas representações podem obscurecer a vista e o horizonte, formar um círculo vicioso, impedindo o sujeito de enxergar a realidade. Enquanto isso outras podem sim se abrir para superação. Porém, Lefebvre considera que Marx dota o conceito de *representação* de uma força extraordinária. Em Marx “[...] concretamente este provém da prática e deve passar por ela para modificar as coisas, as relações e o mundo; porém tem a capacidade de dominar e suscitar a prática.” (LEFEBVRE, 2006, p.60) Basta para tanto, pegar um exemplo do próprio Lefebvre para entender a presença e a força extraordinária da representação. A propaganda (política) e a publicidade (comercial) utilizam e constroem representações que perpassam as coisas e as pessoas, de tal forma que é possível manipular as necessidades e as motivações do ser social.

Diante da complexidade e da variedade de sentidos dadas ao termo “representação”, o autor, no início da sua obra, expõe a semântica do termo. Tal exposição parece-nos bastante pertinente para percebermos os variados sentidos do termo, mas o que nos parece mais relevante, é que esta exposição permite-nos diferenciar o sentido dado aqui, ou ainda, para Lefebvre, ao termo “representação”. Então, na tentativa de uma aproximação do significado do termo “representação” em Lefebvre, destacamos uma passagem na qual o autor responde ao que consiste à representação no seu sentido geral. Para ele, a representação é, às vezes, um *fato ou fenômeno da consciência, individual e social*, que acompanha uma sociedade determinada, uma língua, ou um objeto. Portanto, “[...] o sujeito não se representa a si mesmo e aos demais senão por suas propriedades.” (LEFEBVRE, 2006, p.185). Enfim, podemos concluir que o termo *representação* é regado de diferentes significações, substitui as coisas e resulta de uma atividade, ou da vivência singular de cada indivíduo, de um

grupo, ou de uma classe, num contexto específico. De tal forma que o modo de existência de uma representação só se concebe levando em conta as condições materiais do representado:

[...] As relações das representações entre si provêm de seus suportes; dos “sujeitos” falantes e atuantes, dos grupos e classes em relações conflituosas (relações sociais). As representações não são simples atos, nem resultados compreensíveis por suas causas nem simples efeitos. São atos de palavras (ou se preferir de discurso) e de prática social. (LEFEBVRE, 2006, p.104).

AS REPRESENTAÇÕES DA CATEGORIA TRABALHO MARX E LEFEBVRE

Tendo como pressuposto as formações sociais voltadas para o valor de uso e que foram direta ou indiretamente negadas pela forma capital-trabalho, a qual apresenta o trabalhador e sua nudez, ou seja, desprovido de todas as formas históricas em que possuía uma relação, ainda que contraditória, com as condições objetivas de sua subsistência, faremos aqui uma discussão sobre as representações da categoria trabalho e suas contradições, entendendo que a superação ou negação de uma representação só pode ser compreendida se relacionada com as condições históricas nas quais foram produzidas.

Para Marx “[...] antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza.” (Marx, 1983, p. 149). É neste sentido que podemos compreender que as diferenças entre os diversos modos de produção estão apenas na forma como se dão as relações de produção, como explicado em *O Capital*: “Não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz, é o que distingue as épocas econômicas” (MARX, 1985, p. 151). Assim sendo, a categoria trabalho, enquanto categoria chave para a compreensão da forma de relação entre homem e natureza, na qual a transformação desta última em mercadoria é, para Marx, uma categoria específica do modo de produção capitalista. Pois é somente nessa forma social voltada para o valor de troca, como forma predominante de relação homem-natureza, que esta relação aparece como uma relação de confronto, de estranhamento, ou seja, *alienada*³. Aqui, na relação capital-trabalho, a natureza aparece como algo estranho ao indivíduo que a produz, pois o controle do processo de produção, diferentemente das formas sociais anteriores, é externo a ele.

Marx, no entanto, ao demarcar através do trabalho a diferenciação entre o homem e o animal, pela capacidade prévia do ser humano em idealizar o

³ Em Marx, tal “estranhamento” está relacionado à categoria *alienação*. “O conceito de alienação de Marx compreende as manifestações do “estranhamento do homem em relação à natureza e a si mesmo”, de um lado, e as expressões desse processo na relação entre homem-humanidade e homem e homem, de outro.” (MÉSZÁROS, 2006, p.23) Para Mézáros, em *A teoria da Alienação em Marx*, o termo alienação tem o sentido de “perda de controle”.

resultado de seu trabalho⁴, está tratando o trabalho em seus elementos simples, como atividade orientada para produzir valores de uso, em qualquer formação social. Portanto, o trabalho é aqui representado como atividade essencial, como princípio da atividade humana, como o ato pelo qual o homem transforma a natureza e se transforma mediante sua ação.

Contudo, como temos mostrado, “[...] a abordagem da categoria ‘trabalho’ pelo método histórico-dialético nega, de saída, que se trata de uma concepção historicamente homogênea, isto é, a noção de trabalho não é uma vaga ideia que se aplica indistintamente a qualquer atividade que o homem faz para sobreviver” (NOSELLA, 2002, p.30). Esta categoria tem sido representada de diferentes formas e em diversos contextos, o que nos permite afirmar que o trabalho – como realização do homem – no capitalismo sofre um deslocamento do seu sentido originário e é entendido por Marx como a alienação do homem pelo próprio homem. Portanto, a categoria trabalho da forma que é representada no capitalismo difere muito do trabalho realizado nos modos de produção anteriores ao capitalismo.

Para Lefebvre o conceito de *trabalho* vai aparecer mesmo é no final do século XVII, na Europa, com a formação de uma ciência que se separa da filosofia, a Economia Política. Para o autor, teria sido exatamente Marx quem mais profundamente teria trabalhado sobre este conceito. Assim,

Marx restitui o trabalho em geral como atividade do trabalhador (gasto de energia física maciça e de energia fina, cerebral e intelectual), como ação (individual e coletiva) sobre uma matéria por meio de ferramentas primeiro, logo de máquinas, o qual supõe técnicas e conhecimentos. Logo, estabeleceu que a atividade produtora necessária para cada sociedade suscitou uma larga série de representações destinadas a dedicar as tarefas inferiores a uma grande parte da sociedade: o trabalho como castigo, como destino de uma classe ou casta, etc. (LEFEBVRE, 2006, p.36)

Neste sentido, para elucidar tais representações, vejamos que, no capítulo IV do Primeiro Livro de *O Capital*, Marx define *força de trabalho* como “[...] o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie” (MARX, 1983, p. 139). Isso quer dizer que, segundo Marx, para que o indivíduo seja submetido à venda de sua força de trabalho no mercado, está pressuposto que tenha ele sido separado (violentamente) de todas as formas de propriedade da natureza e lhe restado como única propriedade esta capacidade de dispor de sua energia vital, como mercadoria, ou seja, de indivíduos “[...] lançados no mercado de trabalho como proletários livres como os pássaros” (MARX, 1985, p.263).

Desta forma, o proprietário da força de trabalho (trabalhador) se encontra no mercado com o possuidor de capital (capitalista) e ambos entram numa relação na qual (aparentemente) ambos são proprietários: um proprietário da

⁴ Cf. MARX, 1983, pp.149-150.

capacidade de trabalho, da força viva de trabalho; outro proprietário do dinheiro e dos meios de produção. A relação estabelecida entre ambos transformará o dinheiro em capital e as matérias primas em *mercadorias*. Tal constatação nos permite esclarecer a dualidade da categoria trabalho na sociedade capitalista. Ora, se primeiro ela pode ser representada como o princípio da atividade humana, agora pode ser representada como atividade que reitera a exploração da classe trabalhadora pela classe burguesa. Então, para Lefebvre, se com o trabalho industrial nasce o conceito, ao mesmo tempo emerge a contrapartida do conceito, ou seja, a representação quantitativa do trabalho, a mediação pelo tempo de trabalho. Para o autor, essa mediação supõe um instrumento – o relógio – e uma unidade convencional – a hora – e é nesta mediação que se encontra o suporte gerador de muitas representações sobre o *trabalho*.

Nesta mediação a substituição do tempo de trabalho quantificado pela atividade do trabalho em si não é percebida pelo trabalhador. Este acredita receber pelo tempo de trabalho o equivalente em dinheiro. Esta abstração é para Lefebvre outro suporte das representações sobre o trabalho. Pois o trabalhador não sabe claramente que o produto do seu tempo de trabalho produz mais valor do que ele recebe como salário. Isto é o que constitui a mais-valia. A taxa de mais-valia, expressão do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou pelo capitalista, não é compreendida pelo trabalhador, e este passa a entender o trabalho em meio a um conjunto de equivalências. Para Lefebvre “[...] esse conjunto de equivalências possibilita a mais-valia, dissimulando-a e legitimando-a de uma vez.” (LEFEBVRE, 2006, p.37). Isso é possível porque a sociedade burguesa e o modo de produção capitalista se constroem praticamente com base na representação que substitui o representado, por exemplo: o relógio substitui o tempo vivido.

Trata-se, portanto, de perceber que as representações da categoria trabalho são construídas historicamente e podem impedir que o trabalhador perceba a relação do trabalho, no modo de produção capitalista, como uma relação totalmente desigual, de exploração e degeneração de uma classe sobre a outra. Ou ainda, podem expressar o sentido ontológico do trabalho.

Segundo Lefebvre, na sociedade capitalista as representações dissimulam a base sobre a qual se estabelece este modo de produção. São estas representações que definem o operário assalariado, o trabalhador como qualificado ou não qualificado e o contrato de trabalho como justo contrato entre o assalariado e o possuidor do capital. Conseqüentemente, dissimulam as representações do próprio objeto do trabalho do trabalhador, como dito anteriormente, que no modo de produção capitalista deixa de levar as marcas da atividade produtora, e principalmente de quem a produziu:

O qual não era o caso da produção artesanal e ainda manufatureira, onde o objeto produzido levava a marca do produtor, sua maneira, seu estilo. O objeto industrial moderno não conta sua história, não diz sua gênese. Somente diz sua finalidade quando é exatamente funcional. (LEFEBVRE, 2006, p.43).

Nessa dissimulação assume um papel importante a ideologia, que encontra meios para semear seu culto, por exemplo, o culto de que o trabalho dignifica o

homem, que o trabalho é o sentido da vida, enfim, que o não trabalho é sinal de vagabundagem: “[...] no capitalismo – a sociedade mais desigual de toda a história – para que se aceite que ‘todos são iguais diante da lei’, se faz necessário um sistema ideológico que proclame e inculque cotidianamente esses valores na mente das pessoas” (MÉSZÁROS, 2005, p.15–16).

Ainda para Lefebvre, a representação do trabalho se desdobra na representação do trabalho que o mantém, o perpetua e a representação da automatização próxima, sempre que se aceite “momentaneamente” a divisão do trabalho total. Ele afirma que se Marx quis livrar o trabalho e os trabalhadores do domínio das representações capitalistas, ou seja, do caráter moral e emancipatório do trabalho, não era para exaltá-lo e eternizá-lo, mas sim para romper o nó das representações que tendiam a congelar o futuro e acelerar o movimento pelo qual a máquina substitui o trabalho.

Ao pensar nas representações sobre o trabalho na sociedade capitalista, Lefebvre dedica-se a discutir também as representações do não trabalho. Para ele, entre o trabalho e o não trabalho situa-se um amplo intervalo ocupado por inúmeras representações do próprio trabalho, ou seja, o próprio não trabalho se deixa explorar pelo trabalho, de tal forma que o tempo de trabalho é o que permite, ou faz merecer as férias, o descanso – o não trabalho. Portanto, segundo este mesmo autor, a categoria trabalho permite precisar o movimento do pensamento teórico e crítico em três grandes momentos:

Primeiro momento: referindo-se a prática social que muda, este pensamento se libera das alegorias, metáforas, pseudoconceitos e representações primeiras (o trabalho como castigo do pecado original, o labor reservado a umas castas predestinadas, a lei da natureza e a moral, etc.). Segundo momento: Este se volta à vivência dos trabalhadores. Transfere a vivência e a prática ao conceito que explicita a vivência sem abolir e que compreende as representações dissipando-as. Terceiro momento: desdobra o conceito, com suas capacidades retroativas (estabelecendo sociedades antigas), atuais (crítica do real) e prospectivas (do qual implica a determinação de seus próprios limites, da formação de conceitos críticos, a presunção do fim, ou seja, neste caso do advento do não trabalho). (LEFEBVRE, 2006, p.46)

Segundo Lefebvre, foram as representações do *trabalho* que permitiram colocar os camponeses e os artesões a trabalhar industrialmente, possibilitaram a organização do trabalho segundo imperativos tecnológicos definidos pelos dirigentes, como o trabalho industrial dividido e, ainda, o desvio das tecnologias mais avançadas, como a automação. Por sua vez, essas tecnologias foram utilizadas para a dominação e controle dos trabalhadores e o aumento de exploração da força de trabalho pelo capital.

Desta forma, entendemos que na categoria *trabalho* estão contidas as representações mais contraditórias de uma sociedade. Tais representações estão associadas ao contexto social e à vivência do sujeito que o representa e, em grande medida, dada pela relação do homem com sua atividade produtiva, bem como de seu grupo ou classe. Assim, é possível uma representação que se contraponha ao trabalho alienado ao se evidenciar o trabalho na sua dimensão ontológica, como atividade que permite a criação da vida, satisfação de

necessidades humanas, bem como a transformação do homem e da natureza: “[...] antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza.” (MARX, 1985, p.149).

AS REPRESENTAÇÕES SOBRE TRABALHO DOS PROFESSORES DO PROEJA

A pesquisa realizada caracteriza-se como uma pesquisa de cunho qualitativo. Para a coleta de dados empíricos optamos em trabalhar com entrevistas semiestruturadas, já que nossa intenção era compreender as representações dos professores do PROEJA em torno da categoria trabalho. Esta categoria, no que se refere ao “trabalho como princípio educativo”, é definida pelos documentos oficiais do PROEJA como pressuposto primeiro para a concretização desta proposta de ensino. Portanto, para a realização das entrevistas buscamos fazer uma adaptação da técnica utilizada por Auler e Delizoicov (2002)⁵, pois acreditávamos que esta possibilitaria uma coleta de dados mais fidedigna para a análise do nosso objeto de estudo.

A técnica consiste em elaborar um roteiro prévio para a entrevista partindo de algumas situações envolvendo a temática em questão, sendo que tais situações podem ser criadas, ou retiradas (em forma de citações), de jornais, livros científicos, livros didáticos e documentos oficiais. Cada situação escolhida se refere a uma temática já direcionada às possíveis categorias de análise. Portanto, as situações escolhidas tiveram como centralidade a categoria trabalho. Estas categorias, bem como as próprias situações, foram retiradas do Documento Orientador do PROEJA no estado do Paraná e dos Fundamentos Políticos e Pedagógicos da Educação Profissional do estado do Paraná.

Os fragmentos selecionados, além de tratar sobre o tema em pauta, permitiram à pesquisadora realizar perguntas mais objetivas e que possibilitavam ao professor revelar suas representações do trabalho. Os questionamentos eram feitos em momentos oportunos, após o professor discorrer sobre uma situação selecionada ou, ainda, quando o professor fugia do assunto proposto. Após a realização das entrevistas estas foram transcritas, categorizadas e analisadas.

O curso Técnico em Administração foi eleito como elemento empírico desta pesquisa. O critério estabelecido para escolha do curso foi a abrangência da sua oferta em todo o estado do Paraná, contando, também, com o maior número de professores. O curso de Administração foi implantado no primeiro semestre de 2008 em 12 municípios do estado do Paraná, totalizando 14 escolas e 14 cursos. Destas 14 escolas, duas delas foram selecionadas para participar desta pesquisa: uma escola no município de Palmeira e uma escola no município de Curitiba.

⁵ Auler e Delizoicov (2002) utilizaram este instrumento numa pesquisa que buscava identificar as compreensões de professores de ciências sobre interações entre ciência, tecnologia e sociedade.

Com a intenção de estabelecer uma amostragem de dados, o grupo pesquisado foi composto por 10 professores que, dentre os critérios estabelecidos, se dispuseram a participar da entrevista. O grupo de professores foi selecionado a partir de dois critérios, quais sejam: 1) ser professor do curso técnico em Administração do PROEJA; e, 2) ter participado de alguma etapa do processo de formação do PROEJA promovido pela Secretaria de Educação do Estado. Para análise das representações consideramos as manifestações que foram unânimes ou recorrentes nas falas dos professores, isto é, aceitas por todos, ou pela maioria dos sujeitos entrevistados. Apenas em um ou outro caso, também se considerou as manifestações isoladas, mas que geraram algum dado importante para nossa análise.

AS REPRESENTAÇÕES DO TRABALHO

As análises apresentadas a seguir foram efetuadas mediante a consideração das representações do trabalho dos professores desveladas no conteúdo das manifestações sobre as situações e do conteúdo das respostas aos questionamentos. As duas situações revelam conteúdos comuns retirados da análise e que puderam ser visualizados a partir de tipologias que organizam os constituintes empíricos deste estudo. Estes conteúdos foram entendidos como:

- a) representação moral do trabalho;
- b) representação do não trabalho;
- c) representação do trabalho como autorrealização;
- d) representação do trabalho como qualificação técnico-profissional.

Pelo conteúdo das entrevistas também identificamos dois marcos representativos: um que se refere aos sentidos do trabalho para os sujeitos entrevistados (professores) e outro o sentido do trabalho para a vida dos seus alunos. Este segundo sentido foi trabalhado sempre a partir da relação entre a escola e a qualificação profissional. Deve-se ainda destacar que a configuração geral da representação sobre o trabalho nos grupos de professores da base comum e de professores da base técnica é muito parecida, não apresentando diferenças que sejam passíveis de uma análise comparativa. Há apenas uma tendência nos professores da base específica em direcionar a discussão do trabalho a sua dimensão técnica. No entanto, supor a generalização desta tendência acarretaria neste estudo um determinismo forçado de análise.

a) Representação Moral do Trabalho:

Vivenciamos hoje uma crise da Razão Iluminista, a qual determinou a forma de pensar a existência da Modernidade desde o século XVIII. A ideia do Absoluto hegeliano, que até a pouco guiava a sociedade burguesa no caminho da Ciência Esclarecida, não mais é aceito como referencial do destino humano. Nossa contemporaneidade é, pois, um período no qual os referenciais morais e culturais perderam sua consistência e substancialidade. Navegamos, atualmente, portanto, em uma nau sem rumo e a cultura ocidental, hoje “globalizada”, se parece mais com um barco à deriva, ou, como explicou Marx em sua famosa frase do *Manifesto Comunista*: na sociedade regida pelo capital,

devido à fluidez de suas relações socioculturais, “tudo o que é sólido se desmancha no ar”. Ou seja, para Marx, todas as representações culturais que fundamentavam a cultura europeia medieval foram, na Modernidade, transformadas em meras representações de relações monetárias, relações que não mais se baseiam na honra ou na moral cristã, mas sim nas frias e objetivas relações de produção capitalistas. Assim, na perspectiva do marxismo, representar hoje as relações de trabalho pelo viés da moralidade cristã é demonstrar uma grande incompreensão dos fundamentos que norteiam a relação capital-trabalho assalariado (cf. HARVEY, 2001, p.21).

Os dados apresentados por nós revelam que as representações do trabalho são fortemente permeadas pela moral do trabalho. Assim, estas manifestações relacionam o trabalho ao reino das necessidades humanas, mas numa tendência de direcionar o trabalho como dever, obrigação, disciplina. São manifestações morais, políticas e religiosas que permitem a própria manutenção do sistema capitalista e a conformação da própria situação em que se encontram estes indivíduos:

Veja o que eu digo para eles, para todos os alunos. O trabalho para mim é ter capacidade, ter conhecimento dentro da área e definir uma coisa que você quer ser, se não o caboclo não vai trabalhar em nada. Eu acho que além do bem estar, da condição social, financeira ele se faz necessário para toda sociedade. Você imagina o que nós iríamos fazer com toda essa criançada, moçada, o que iríamos ser? Então eu vejo desta forma, pense um indivíduo ocioso, o cara não faz nada de bom.⁶

b) Representações do não trabalho:

Lefebvre, ao pensar nas representações sobre o trabalho na sociedade capitalista, dedica-se a discutir também as representações do não trabalho. Para ele, entre o trabalho e o não trabalho situa-se um amplo intervalo ocupado por inúmeras representações do próprio trabalho, ou seja, o próprio não trabalho se deixa explorar pelo trabalho, de tal forma que o tempo de trabalho é o que permite ou faz o indivíduo merecer as férias, o descanso – o não trabalho. Essa forma de representação do trabalho foi comum entre os sujeitos entrevistados. No entanto, o “sujeito” foi o que apresentou de forma mais explícita esta representação do não trabalho, ou seja, a visão de que é preciso trabalhar bastante para merecer o próprio descanso ou uma vida melhor no futuro, como fica explícito no comentário a seguir:

Então o meu trabalho é criar as coisas e me dedicar a isto para que eu tenha uma vida melhor depois. É claro que eu tenho colegas meus que são funcionários públicos estão naquele santinho, não precisam trabalhar muito. Eu trabalho das 6 horas da manhã às 11 da noite. Mas eu me dedico por quê? Porque eu quero uma coisa melhor para mim, não sou aquele cara que fica sentado numa cadeira, esperando a sorte. É claro que é difícil, mas é preciso todo dia estar ralando para se dar bem depois.⁷

c) Representação do trabalho como autorrealização:

Cinco dos professores também manifestaram nas falas representações do trabalho como realização pessoal, que se aproxima da compreensão da

⁶ Entrevista P1. 17/11/2008.

⁷ Entrevista P4. 24/11/2008.

dimensão ontológica do trabalho. É interessante observar que tal constatação se deu, em especial, ao núcleo que se refere aos sentidos do trabalho para os próprios sujeitos entrevistados. Conforme constatado no exemplo selecionado, o professor relaciona a escolha profissional como forma de realização pessoal e sucesso profissional.

Para mim, trabalho é uma satisfação pessoal. Eu acho que o trabalho você tem que fazer aquilo que você gosta. O trabalho deve ser feito de maneira que você se realize dentro do trabalho. Porque você fazer um trabalho que você não tem prazer, que você está vendo que você não vai chegar a objetivo nenhum, isto não é trabalho, é [pausa]. Eu não posso dizer o que seja, mas trabalho no meu ponto de vista é algo que você tem que desenvolver com criatividade e com satisfação.⁸

Diante dos dados analisados, podemos concluir que apesar da centralidade do trabalho ser contestada na sociedade capitalista, os professores revelam o trabalho como atividade fundamental para produção da vida, como forma de aperfeiçoamento, de gratificação e satisfação pessoal. Isto revela em seu conteúdo que o trabalho é representado com positividade. Assim parece correto afirmar que entre alguns critérios para se alcançar satisfação pessoal e social na sociedade atual, o fato de ocupar um posto de trabalho mostra-se como a principal.

Porém, como negar ou afirmar que a necessidade do trabalho se *representa* em termos de autorrealização? Seria correto afirmar-se que o trabalho docente é representado como possibilidade de autorrealização e afirmação social? Para Lefebvre, o ato de autorrepresentar o trabalho como atividade social e da necessidade brota, ou resulta, muitas vezes, de uma atividade a qual pertença, ou seja, de meu grupo, de minha classe. Por isso para desvelar as representações há que se partir delas e encontrar certo ponto de apoio mais ou menos vacilante em tal ou qual representação. Pois, algumas representações tapam a vista e o horizonte, formam outras ou se abrem para a superação.

d) Representações do Trabalho como qualificação técnico-profissional

Para Lefebvre, na sociedade capitalista, as representações dissimulam a base sobre a qual se constroem e são construídas as representações. Ele explica que a representação não consiste em uma mera imaginação, em um reflexo, ou em uma abstração qualquer, senão numa mediação. Assim, uma das formas mais comuns de representação do trabalho é aquela reduzida à sua dimensão técnica, a qual reduz o trabalho a um discurso instituído pelo movimento do empreendedorismo. Aqui, o trabalho é visto como uma forma de ascensão social, na qual o indivíduo que não tem “espírito empreendedor” aparece como técnica socialmente “desqualificada”, implicando aqui também todas as conotações pejorativas do termo. Essas representações, em grande parte dos casos, porém, dissimulam e deslocam o real a serviço das ideologias dominantes, justificando o fracasso profissional dos indivíduos na suposta

⁸ Entrevista P6. 24/11/2008.

incapacidade nata ou desinteresse dos mesmos. Às vezes, por detrás de uma representação aparentemente sem maiores pretensões se esconde uma vontade de poder, uma ambição, que dissimula o real vivido dos sujeitos.

Em nossa pesquisa, os professores entrevistados revelam uma representação de que ser ou estar se qualificando é condição suficiente para definir um profissional competente e com espaço no mercado de trabalho. As análises das representações dos entrevistados sobre trabalho como qualificação profissional indicam que o trabalho adquire um sentido positivo quando nele está contida a ascensão social ou a melhora da qualidade econômica dos alunos e deles próprios, sempre acenadas pelas vias do estudo e do trabalho, vistas às vezes como um projeto a ser cumprido ao longo de muitos anos. Nesta perspectiva, qualquer indivíduo pobre, mas desde que trabalhe e tenha qualificação técnica, pode ascender socialmente e encontrar um bom posto de trabalho. Tal representação do trabalho qualificado foi desvelada na fala de cinco dos professores entrevistados, ou seja, 50% dos entrevistados manifestaram representações do trabalho qualificado como forma de melhorar a qualidade de vida dos indivíduos.

O trabalho qualificado se sustenta numa representação consagrada pelos sujeitos da pesquisa, pois, conforme afirmado em algumas entrevistas, foi possível caracterizar uma representação comum nas falas dos professores em relação a essa base técnica, exatamente aquela que tem sido um dos pilares dos cursos de Administração:

O trabalho hoje está relacionado à qualificação; a gente procura profissionais que tenham uma qualidade e infelizmente a gente não encontra esse pessoal, eles têm muitas dificuldades. A grande maioria que já tem uma qualificação melhor, já tem a sua firma, ou ele já tem o seu negócio, ou ele já trabalha por conta. E a gente tem que moldar ele, tem que ensinar eles, tem que formar eles, tem que treinar eles. Essa é uma grande dificuldade no mundo do trabalho.

Neste aspecto, é importante frisar que as novas determinações do mundo social e produtivo colocam, portanto, a qualificação profissional como finalidade das políticas públicas, em especial nas políticas de formação profissional. Os traços constitutivos da subordinação das políticas públicas aos rumos econômicos são discutidos por Lima Filho. Segundo o autor, o próprio PROEJA serve como exemplo desta subordinação:

A ampliação do escopo da qualificação profissional, no quadro das políticas públicas, envolvendo a partir de então a população jovem e adulta, por meio das redes federal, estaduais e municipais de ensino, e expressão desse “considerável auxílio” para a eficiência da concorrência como princípio de organização social. Ante a problemática do desemprego, efeito decorrente das políticas econômicas adotadas, a ação governamental volta-se para a oferta de oportunidades de qualificação para os trabalhadores, como forma de ampliar a capacidade competitiva dos mesmos no mercado de trabalho.

⁹ Entrevista P4. 24/11/2008.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises das representações do trabalho realizadas nesta pesquisa sugerem que dos dez professores entrevistados, apenas um (Professor 8) traz uma representação mais ampla, e não moralista, do trabalho (como as do senso comum, observadas nas demais entrevistas e exemplificadas em nossa análise) e consegue discutir aspectos mais teóricos desta categoria. Também é interessante considerar que este professor foi o único que se posicionou teoricamente em relação a uma concepção de trabalho e mostrou ter uma compreensão do Documento Orientador do PROEJA, ao questionar o documento pela sua fragilidade de posição teórica:

Então penso o trabalho a partir da escola de Frankfurt, e de outros marxistas como Gramsci e Benjamim. Então para mim pensar o trabalho é pensar o mundo do trabalho. Que tipo de mundo de trabalho? Aquele onde você tenta emancipar o proletário. Como eu faço isto? Tentando dar cultura para que ele entenda porque que ele é explorado nesta sociedade. Eu não educo ele para ele ser alguém produtivo, no sentido que vai ter um excelente aproveitamento na indústria, no comércio, não! Mas para emancipar ele para ele entender qual a importância do trabalho na sociedade, o que significa ser produtivo na sociedade ou ser improdutivo.¹⁰

A questão do trabalho como princípio educativo não foi evidenciada no conteúdo das entrevistas, pois apenas um professor relaciona uma das situações analisadas à compreensão do trabalho a este princípio. Todavia, sua manifestação nos parece apenas uma incorporação formal do discurso instituído pela Secretaria de Educação, pois, se o professor faz uma referência à compreensão do trabalho como princípio educativo, entretanto, em nenhum outro momento ele explicita a concepção desta proposição ao longo de na sua fala:

Então, praticamente, no meu entendimento, ele acaba remetendo ao trabalho como princípio educativo principalmente por essa integração que existe entre os elementos. O trabalho, a cultura, que eu entendo como esse conhecimento que as pessoas já trazem, é uma cultura geral, uma cultura de massa, mas é o que ele aprendeu em sua vivência. Então isso é cultural. A ciência que é o que a escola está trazendo, a tecnologia que eu vejo como inovação. Então se a escola der conta de intercalar, de integrar na verdade esses quatro elementos, tá pronta, tá pronta a educação profissional!¹¹

Com base nos dados obtidos, podemos entrever algumas respostas, mesmo que superficiais, à pergunta feita no início da nossa pesquisa. Que representações de trabalho possuem os professores do PROEJA? Concluímos que 90% dos entrevistados têm uma representação próxima daquela que chamaríamos de *senso comum* do trabalho, pois parece que o próprio professor do Proeja não têm muita clareza deste conceito. O esvaziamento do sentido do trabalho e do significado do trabalho como princípio educativo também foi evidenciado nos depoimentos dos professores entrevistados. O que

¹⁰ Entrevista P8. 10/12/2008.

¹¹ Entrevista P8. 10/12/2008.

pretendemos agora é pormenorizar esses dados, situando-os com a teoria das representações sociais de Lefebvre.

Marx não pensa o trabalho de forma meramente abstrata, mas ao contrário ele analisa esta categoria contextualmente, ou seja, dentro de uma historicidade dada. Assim as formas de trabalho na Antiguidade clássica Romana diferenciavam-se fundamentalmente das formas de trabalho no Oriente, por exemplo, ou da Idade Média Europeia. Com isso queremos dizer que a representação que cada sociedade faz do trabalho está determinada pela forma social em que a mesma se apresenta cotidianamente nas relações de produção. No entanto, estas sociedades pré-capitalistas tinham como fundamento econômico-social a produção voltada para o valor de uso. Isto significa que o nível de competição, tanto entre os produtores como entre os apropriadores, era fundamentalmente insignificante, pois o objetivo não era o grande mercado, mas sim a subsistência da comunidade local.

O contrário acontece na sociedade do modo de produção capitalista. Esta forma social fundamenta-se não no valor de uso, mas sim no valor de troca. Aqui o trabalhador necessita qualificar e requalificar constantemente sua força de trabalho para enfrentar a cada vez mais elevada competição no mercado pelos postos de trabalho. Isto significa que no capitalismo a competição entre os trabalhadores é fator determinante na organização do trabalho social, pois o exército de reserva, formado pela cada vez mais elevada massa de desempregados, pressiona o indivíduo no sentido da autoqualificação, tal qual a noção de “empreendedorismo”, tão difundida atualmente no discurso da Administração.

Esta competitividade individualista entre os trabalhadores gera, a partir de um discurso ideológico, formas de representação do trabalho, sobretudo voltadas à qualificação profissional com vistas a uma possível ascensão econômico-social. Neste sentido, parece-nos correto afirmar que as representações mais comuns desveladas no conteúdo das entrevistas afirmam esta dimensão técnica do trabalho, que justifica a ascensão ou decadência social do indivíduo. Assim, foi possível confirmar que as *representações* são regadas de diferentes significações, substitui as coisas e resulta de uma atividade, ou da vivência singular de cada indivíduo, de um grupo, ou de uma classe, num contexto específico. De tal forma que o modo de existência de uma representação só se concebe levando em conta as condições materiais do representado.

Henri Lefebvre, tal como Marx, pensa o trabalho em sua historicidade. Para o filósofo francês, as representações do trabalho na sociedade capitalista são impulsionadas segundo os imperativos do capital, que utiliza as diferentes formas para sua difusão. Assim a competição entre os indivíduos faz com que os mesmos trilhem uma carreira profissional individual, vencendo assim a competição pelo posto de trabalho. Quando o sujeito fracassa, o discurso ideológico burguês o coloca como culpado e desqualificado para as exigências do mercado de trabalho atual. Ou seja, nesta sociedade as representações têm o poder de forjar a base sobre a qual elas se estabelecem. Assim, no conteúdo das entrevistas realizadas, o que se percebe é que por mais que os professores

coloquem a importância da formação humana para os alunos do PROEJA, subjaz aos seus argumentos a representação do trabalho qualificado como forma de ascensão social, primando pelo imediatismo da prática.

Ricardo Antunes (2000), em sua obra *Adeus ao trabalho?*, reafirma a tese de Marx sobre a centralidade do trabalho como elemento base para compreensão da sociedade capitalista, inclusive para atualidade. Para Antunes, mesmo com o incremento tecnológico que o capital impõe constantemente ao processo produtivo (a chamada reestruturação produtiva) não se retira o trabalho como categoria analítica de base. Neste texto, ao criticar a visão de Jürgen Habermas sobre “a ciência como principal força produtiva”, o autor afirma que, por mais que a ciência adquira papel cada vez mais crescente e importante no processo tecnológico, esta assim mesmo “[...] encontra-se tolhida em seu desenvolvimento pela base material das relações entre capital e trabalho, a qual não pode superar [...] como a máquina não pode suprimir o trabalho humano, ela necessita de uma maior interação entre a subjetividade que trabalha e a nova máquina inteligente” (ANTUNES, 2000, p.160–161). Assim,

[...] ao invés da substituição do trabalho pela ciência, ou ainda da substituição da produção de valores pela esfera comunicacional, da substituição da produção pela informação, o que se pode presenciar no mundo contemporâneo é uma maior interrelação, uma maior interpenetração entre as atividades produtivas e as atividades improdutivas, entre as atividades fabris e de serviços, entre atividades laborativas e as atividades de concepção, que se expandem no contexto da reestruturação produtiva do capital. O que remete ao desenvolvimento de uma concepção ampliada para se entender sua forma de ser do trabalho no capitalismo contemporâneo, e não à sua negação (ANTUNES, 2000, p. 163).

Assim, por esta perspectiva, podemos afirmar que permanece atual, no essencial, ou seja, em termos dos fundamentos estruturais (ainda que no plano formal as mudanças pareçam significativas), a tese de Marx – sobre o trabalho como sendo a categoria central para a compreensão da sociedade baseada no princípio do capital – parece ainda encontrar subsídios bastante evidentes na atualidade, pois os alicerces que fundamentam a sociedade do século XXI permanecem os mesmos de quando analisados pelo filósofo d’O *Capital* em meados do século XIX. Neste sentido, Henry Lefebvre mostra bem (na segunda metade do século XX) esta perspectiva das formas de se pensar as representações das manifestações socioculturais da sociedade do capital. E é baseado nesta perspectiva que acreditamos que para se pensar uma teoria da representação do modo de vida – profissional ou pessoal, coletivo ou individual – neste início do século XXI, tal como proposto nesta pesquisa, faz-se necessário apresentá-la a partir do princípio da categoria trabalho, tal qual formulada por Marx.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria José P. M. Expectativas sobre desempenho do professor de física e possíveis consequências em suas representações. *Revista Ciência & Educação*. Disponível em: <www2.fc.unesp.br/cienciaeducacao/include/getdoc.php?id=306&article=126&mode=pdf>. Acesso em 08 jan. 2008

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7ed. Campinas, SP: Cortez, 2000.

AULER, Décio; DELIZOICOV, Demétrio. Ciência Tecnologia-sociedade: relações estabelecidas por professores de ciência. *Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias*, Vol.5, Nº2, 2006. Disponível em: <http://saum.uvigo.es/reec/volumenes/volumen5/ART8_Vol5_N2.pdf>. Acesso em 10 nov. 2007

HABERMAS, Jürgen. Técnica e Ciência enquanto “Ideologia”. In: *Textos Escolhidos*. Walter Benjamin *et al.* 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores)

HARVEY, David. *Condição Pós-moderna*. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

LEFEBVRE, Henri. *La presencia y la ausencia*. Contribución a la teoría de las representaciones; trad. De Óscar Barahona y Uxo Doyhamboure. México: FCE, 2006.

LUTFI, Eulina Pacheco; SOCHACZEWSKI, Suzanna; JAHNEL, Teresa C. As representações e o possível. In: MARTINS, José de Souza (org). *Henri Lefebvre e o Retorno a dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. 2.ed. Vol. I (1983), Vol. II (1985). São Paulo: Abril Cultural. (Os economistas).

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

NOSELLA, Paolo. Trabalho e Educação. In: *Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador*. GOMES, Carlos Minayo *et al.* 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.